

INTERDISCIPLINARIDADE, INTERCULTURALIDADE E INTERSETORIALIDADE: PRINCÍPIOS E APLICAÇÃO NO PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO (PRONATEC)

R. M. FOLGADO¹, L. MACHADO¹, A. L. ZIVIANI² e A. M. TERZI²

¹Centro Universitário UNA

²Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
rosilaane@yahoo.com.br

Artigo submetido em maio/2014 e aceito em agosto/2014

DOI: 10.15628/holos.2014.2156

RESUMO

O artigo discute conceitos de interdisciplinaridade, interculturalidade e intersetorialidade e suas aplicações ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). A dimensão da intersetorialidade é analisada considerando-se a necessidade do enfrentamento à fragmentação dos programas, projetos e serviços por meio de interações socioinstitucionais na gestão de políticas públicas. A dimensão da interculturalidade é abordada a partir da necessidade de mudança de atitude dos diferentes agentes, que atuam no Pronatec, com vistas à convivência democrática entre diferentes culturas no processo educacional, buscando a

integração entre elas sem anular sua diversidade e o potencial criativo e vital resultante das relações entre os diferentes e seus respectivos contextos. A dimensão da interdisciplinaridade é analisada considerando-se a importância da superação da fragmentação de conteúdos e práticas por meio de diálogos e intercâmbios de saberes e conhecimentos como condição para abordagens pedagógicas integradoras. O estudo destas três dimensões se justificou pela necessidade de compreender o desenho e os desafios colocados à organização do Pronatec e sua implementação

PALAVRAS-CHAVE: Intersectorialidade, Interdisciplinaridade, Interculturalidade, Pronatec, Acessuas

INTERDISCIPLINARITY, CULTURAL AND INTERSECTIONALITY: PRINCIPLES AND APPLICATION IN NATIONAL PROGRAM OF ACCESS TO TECHNICAL EDUCATION AND EMPLOYMENT (PRONATEC)

ABSTRACT

The article discusses concepts of interdisciplinary, intercultural and intersectoral approach and its applications to the National Program for Access to Technical Education and Employment (Pronatec). The dimension of intersectionality is analyzed considering the necessity of coping with the fragmentation of programs, projects and services by socio-institutional interactions in the management of public policy. The dimension of interculturalism is approached from the need to change the attitude of the different agents that act in Pronatec, aiming at democratic coexistence of different cultures in the educational process, seeking the integration between

them without voiding its diversity and creative potential and vital resulting relations between the different actors and their respective contexts. The dimension of interdisciplinarity is analyzed considering the importance of overcoming the fragmentation of content and practices through dialogue and exchange of knowledge and expertise as a condition for integrating pedagogical approaches. The study of these three dimensions is justified by the need to understand the design and the challenges facing the organization and implementation of Pronatec.

KEYWORDS: Intersectionality, Interdisciplinarity, Interculturalism, Pronatec, Acessuas.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos dez anos o Governo Federal tem criado diversas estratégias de enfrentamento à pobreza e erradicação da miséria, visto que são múltiplas as expressões da profunda desigualdade social existente no Brasil. Uma das iniciativas do governo para elevar a renda e as condições de bem-estar da população foi instituir o Plano Brasil Sem Miséria (BSM) por meio do Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011, que visa articular políticas, programas e ações.

O Plano Brasil Sem Miséria (BSM) possui três eixos de ações: garantia de renda para alívio das necessidades básicas do indivíduo, ampliação do acesso a serviços públicos, e inclusão produtiva. O programa possui entre os seus objetivos, qualificar trabalhadores e identificar oportunidades de inserção e permanência no mundo do trabalho aos seus beneficiários.

Uma das ações do plano, especificamente ligada ao Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e Ministério da Educação (MEC), consistiu na criação em conjunto do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), que tem como principal objetivo ampliar a oferta de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) à população brasileira com vistas à elevação de suas possibilidades de participação em atividades produtivas e de geração de renda.

Para o desenvolvimento das atividades, o programa conta com o apoio de Secretarias Municipais de Assistência Social (SMAS) e do Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (Acessuas) no cumprimento de um importantíssimo papel de articular as demandas do município e apresentá-las as instituições ofertantes com objetivo de capacitar a população em situação de vulnerabilidade social inscritas nos Programas Federais. Assim, cada instituição envolvida, demandante e ofertante, precisam trabalhar de forma articulada, o que requer atenção à aplicação dos princípios de interdisciplinaridade, interculturalidade e intersetorialidade.

Não obstante, observa-se que nesta tarefa de articulação organizacional os desafios ainda são enormes. Inicialmente, existe a necessidade de por em prática a triangulação, que envolve organizações demandantes e Instituições de Ensino credenciadas. Muitas vezes, as demandas apresentadas não fazem parte da competência ofertada pelas Instituições de ensino. Noutra giro, é preciso observar também as características do arranjo produtivo local que devem ser respeitadas para que a oferta de cursos atenda efetivamente a demanda do mundo do trabalho para que enquanto destinatário prioritário, o beneficiário seja incluído produtiva e socialmente.

Neste sentido, acredita-se que a intersetorialidade, a interculturalidade e a interdisciplinaridade e suas correlações precisam ser muito bem articuladas pelas organizações envolvidas no processo para que se tenha êxito no cumprimento dos objetivos e finalidades estabelecidos para o programa.

Desta forma, o presente artigo pretende discutir a aplicação dos princípios de interdisciplinaridade, interculturalidade e intersetorialidade no desenvolvimento do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). O estudo destes princípios se justificou pela necessidade de compreender o desenho e os desafios colocados à organização desse Programa e sua implementação.

Esses envolvem a necessidade de articular, negociar e planejar ações, saberes, vontades e poderes no cumprimento do interesse público e de práticas que assegurem o acesso e a efetividade

dos direitos sociais. No plano teórico, o presente artigo se justifica a partir da necessidade de efetivar os três conceitos citados acima e suas implicações na forma como o Programa se estabelece e se desenvolve.

2 INTERDISCIPLINARIDADE, INTERCULTURALIDADE E INTERSETORIALIDADE

Nesta seção deste texto, serão abordados os conceitos de interdisciplinaridade, interculturalidade e intersectorialidade e seus princípios. Na seção seguinte, como permitem compreender as relações entre as políticas públicas do Plano Brasil sem Miséria, Pronatec e Acessuas. Essas políticas públicas, a maneira como foram projetadas e que precisam ser executadas guardam complementaridade entre si e são expressivas dos princípios subjacentes aos três conceitos abordados. Todas elas requerem mudança de atitude dos diferentes agentes envolvidos na sua operacionalização, pois pressupõem interdependência e interação entre diversos conhecimentos, setores e culturas tendo em vista a busca da superação de fragmentações de práticas sociais. Esse pressuposto é de fundamental importância na promoção da finalidade que as une, a efetiva mudança social com base no respeito, no diálogo e na convivência democrática.

2.1 Interdisciplinaridade

A perspectiva da interdisciplinaridade considera o pressuposto da importância da superação da fragmentação dos saberes disciplinares e da necessidade de ampliação dos diálogos e dos intercâmbios entre eles como condição para abordagens pedagógicas integradoras.

A interdisciplinaridade surge na segunda metade do século XX com o objetivo de fazer face à lógica fracionada e compartimentada dos processos de produção e socialização dos conhecimentos. O conceito em questão propõe uma mudança de atitude, um novo olhar sobre a realidade que permita entender a relação dialética das partes com seu todo.

Gadotti (2004) vê na definição de interdisciplinaridade, no seu enfoque teórico-metodológico ou gnosiológico, uma resposta à necessidade de superação da fragmentação e do caráter de especialização do conhecimento, frutos de uma epistemologia de tendência positivista, cujas raízes se encontram no empirismo, no naturalismo e no mecanicismo científico do início da modernidade.

Thiesen (2008) também explica que a interdisciplinaridade é compreendida como um movimento contemporâneo, que emerge na perspectiva da dialogicidade e da interação da ciência e do conhecimento, buscando romper com o caráter de hiperespecialização e fragmentação dos saberes.

Nesta linha, Japiassu (1976) caracteriza a interdisciplinaridade pela intensidade das trocas entre os especialistas e pelo grau de interação real das disciplinas no interior de um mesmo projeto. No texto base da palestra proferida por esse autor no Seminário Internacional sobre Reestruturação Curricular, promovido pela Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre, em julho de 1994, ele afirma:

Sabemos que o trabalho interdisciplinar propriamente dito supõe uma interação das disciplinas, uma interpenetração ou interfecundação, indo desde a simples comunicação das idéias até a integração mútua dos conceitos (contatos interdisciplinares), da epistemologia e da metodologia, dos procedimentos, dos

dados e da organização da pesquisa. É imprescindível a complementação dos métodos, dos conceitos, das estruturas e dos axiomas sobre os quais se fundam as diversas disciplinas. O objetivo utópico do interdisciplinar é a unidade do saber. (Japiassu, 1994, p. 2)

Portanto, o conceito de interdisciplinaridade apresenta-se, ainda nos dias atuais, em processo de desenvolvimento e como um desafio. Thiesen (2008) também vê a perspectiva da interdisciplinaridade como um conceito ainda em construção.

Qualquer demanda apressada por uma definição clara e definitiva a princípio corre risco, pois trata-se de proposta que está sendo construída a partir de diferentes culturas disciplinares existentes, que lidam com o limite objetivo da capacidade de sua abrangência.

O que é importante ser afirmado é o entendimento de que o conceito da interdisciplinaridade se propõe a enfrentar o problema da articulação e interação dos saberes com vistas à superação da hiperespecialização, por meio do aprofundamento e complementação de métodos e conceitos colocados em interação nos diferentes campos do saber.

2.2 Interculturalidade

A dimensão da interculturalidade se coloca a partir do problema da necessidade de mudança de atitude dos diferentes agentes, que atuam em políticas públicas com relação à convivência democrática entre diferentes culturas. No Pronatec, ela se revela de fundamental importância para o processo educacional, pois sinaliza para a interlocução entre elas sem anular suas diversidades e o potencial criativo e vital resultante das suas relações e seus respectivos contextos.

Canclini (2007b) propõe a perspectiva da interculturalidade para entender a situação cultural contemporânea. Para o autor, ela surge em contraponto à idéia de multiculturalidade, pois esta seria o simples reflexo de uma diversidade de culturas que coexistem e conflitam. A interculturalidade, porém, vê indivíduos que já não conseguem ser definidos por generalizações, que buscam formar suas identidades agregando os retalhos provenientes de diversas manifestações culturais.

Fleuri (2005) também compreende que a interculturalidade surge como proposta de convivência democrática entre diferentes culturas, buscando a integração entre elas sem anular sua diversidade. Ao contrário, busca fomentar a riqueza de possibilidades criativas inerentes à diversidade cultural.

O conceito de multiculturalidade se limita à aceitação do heterogêneo: um mundo multicultural resulta da justaposição de etnias ou grupos em uma cidade ou nação, onde admite-se a “diversidade de culturas, sublinhando sua diferença e propondo políticas relativistas de respeito, que frequentemente reforçam a segregação.” (Canclini, 2007, p.16-17).

Já a interculturalidade se coaduna com um mundo globalizado (Fleuri, 2005). Segundo Canclini (2003, p.17), “a interculturalidade implica na diversidade de culturas, através da confrontação e entrelaçamento, aquilo que sucede quando os grupos entram em relações e trocas”. Denota que os diferentes são o que são, em relações de negociação, conflito e empréstimos recíprocos.

Para Walsh (2001, p.10-11) a interculturalidade é:

[...] um processo dinâmico e permanente de relação, comunicação e aprendizagem entre culturas em condições de respeito, legitimidade mútua, simetria e igualdade. Um intercâmbio que se constrói entre pessoas, conhecimentos, saberes e práticas culturalmente diferentes, buscando desenvolver um novo sentido entre elas na sua diferença. Um espaço de negociação e de tradução onde as desigualdades sociais, econômicas e políticas, e as relações e os conflitos de poder da sociedade não são mantidos ocultos e sim reconhecidos e confrontados. Uma tarefa social e política que interpela o conjunto da sociedade, que parte de práticas e ações sociais concretas e conscientes e tenta criar modos de responsabilidade e solidariedade. Uma meta a alcançar.

Desta forma, a interculturalidade implica concretamente a convivência democrática entre diferentes com base no respeito da diversidade e da identidade de cada cultura.

2.3 Intersetorialidade

A dimensão da intersetorialidade considera a necessidade do enfrentamento à fragmentação de programas, projetos e serviços por meio de interações socioinstitucionais na gestão de políticas públicas, com intuito de alcançar objetivos sinérgicos e em rede.

Ela foi instituída no contexto brasileiro após a Constituição Federal de 1988, que estabelece um novo reordenamento das relações socioinstitucionais na gestão das políticas públicas.

Assim, a formulação e a operacionalização dessas políticas exigem uma re-significação das relações de poder em prol de decisões e práticas que assegurem o acesso aos direitos sociais e sua efetividade.

Segundo Junqueira (1999, p.27 *apud* Comerlatto, 2007):

A intersetorialidade constitui uma concepção que deve informar uma nova maneira de planejar, executar e controlar a prestação de serviços para garantir o acesso igual dos desiguais. Isso significa alterar toda a forma de articulação dos diversos segmentos da organização governamental e dos seus interesses.

Comerlatto (2007) argumenta que a ação intersetorial seria a articulação entre sujeitos de diferentes setores, unidos no compromisso de enfrentar problemas complexos, e que isso possibilita a superação da fragmentação dos conhecimentos e das estruturas sociais com objetivo de obter efeitos mais significativos na resolutividade dos problemas.

Desta forma, entende-se que a ação intersetorial se efetiva nas ações coletivas, um processo que impõe uma articulação permanente entre instituições e pessoas para integrar e articular saberes, poderes e vontades com o intuito de alcançar objetivos entrelaçados e cooperativos.

Trata-se de uma tarefa que requer articulação, já que envolve diversos agentes e suas organizações, políticas públicas, poderes diferentes e muitos saberes.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS COM PROPOSTAS DE INTEGRAÇÃO

3.1 Brasil sem miséria

Para compreender a experiência de intersectorialidade aplicada no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), faz-se necessário descrever sua origem e relações com os diversos segmentos e sujeitos envolvidos.

O Governo Federal, pretendendo elevar a renda e as condições de bem-estar da população, criou o Plano Brasil sem Miséria. Este Plano prevê um conjunto de programas e de ações, dentre eles o fomento à formação técnica e profissional voltada às pessoas em situação de vulnerabilidade social e inscritas ou em processo de inclusão no Cadastro Único para os Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).

Nesse contexto de promover as condições de vida da população em situação de miséria no país, o Governo Federal articulou ações conjuntas do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) e Ministério da Educação (MEC) criando o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

O Governo da Presidenta Dilma Roussef, com o objetivo de dar continuidade às metas de redução da miséria no país, instituiu por meio do Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011, o Plano Brasil Sem Miséria com a finalidade de superar a situação de extrema pobreza da população em todo o território nacional, por meio da integração e articulação de políticas, programas e ações.

As ações apresentadas no Plano visam elevar a renda e as condições de bem-estar da população brasileira. Segundo o Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), utilizado como referência para a elaboração do plano, 16,2 milhões de brasileiros estavam vivendo em lares cuja renda familiar era de R\$70 por pessoa.

Visando, portanto, diminuir os índices de miséria no país, o plano se propõe a articular um conjunto de ações envolvendo a União, como órgão executor, os estados, municípios e a sociedade civil, como colaboradores na execução de programas e ampliação de iniciativas já existentes.

Destacam-se, no Plano Brasil Sem Miséria, os programas de transferência de renda, acesso a serviços públicos na área de educação, saúde, assistência social, saneamento e energia elétrica e, por fim, de inclusão produtiva.

Todos os novos programas e as ações já existentes surgem com o estreito compromisso de garantir os direitos sociais e de expandir a oferta de serviços à população em situação de extrema pobreza com vista a gerar oportunidades de ocupação e renda por meio de ações de inclusão produtiva.

3.2 Pronatec

Em decorrência das diversas iniciativas do governo federal para reduzir os consideráveis índices de miséria do país, destaca-se o eixo voltado à inclusão produtiva, foco deste artigo. Ele se estabelece como uma parceria do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o Ministério da Educação (MEC) para a criação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), viabilizada pela Lei nº 12.513/2011.

O Pronatec tem como principal objetivo ampliar a oferta de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) à população brasileira inscrita ou em processo de inclusão no CadÚnico, com prioridade para os beneficiários do programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

O Pronatec é composto por um conjunto de subprogramas, projetos e ações com vistas a ampliar as oportunidades de formação e desenvolvimento profissional de trabalhadores, visando à sua inclusão social e inserção no mundo do trabalho. Ele também tem a finalidade de fazer expandir as redes federais e estaduais de oferta da educação profissional e tecnológica.

Podem-se destacar na organização do programa, os parceiros demandantes e os ofertantes que desenvolvem, aparentemente de forma separada, as suas atribuições para o desenvolvimento pleno das atividades previstas.

Os parceiros demandantes da Bolsa-Formação, prevista pelo Programa, são o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o Ministério da Defesa (MD), o Ministério do Turismo (MTur) e as Secretarias Estaduais de Educação.

Os parceiros ofertantes são constituídos pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, Serviços Nacionais de Aprendizagem (Sistema S) e as redes estaduais de educação profissional e tecnológica. Recentemente, o governo tem articulado a participação de organizações de ensino particulares com vistas à ampliação dessa estrutura em rede e, por conseguinte, a oferta do número de vagas.

O Pronatec, na sua função de ofertante, institui duas modalidades de Bolsa –Formação: Bolsa-Formação Estudante, destinada aos estudantes regularmente matriculados em instituições públicas de ensino médio com duração mínima de 800 horas e Bolsa-Formação Trabalhador, criada para atender os trabalhadores de diferentes perfis e beneficiários dos programas federais de transferência de renda por meio da oferta de cursos gratuitos de Formação Inicial e Continuada (FIC) com duração mínima de 160 horas.

Quanto ao público-alvo, os cursos do Pronatec são ofertados preferencialmente a povos indígenas, comunidades quilombolas, adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, além de outros grupos de elevada vulnerabilidade social.

Vale destacar que a Bolsa-Formação Trabalhador tem por objetivo precípua garantir a cobertura integral ao trabalhador por meio do direito a vagas gratuitas além da disponibilização de todos os insumos necessários para o pleno desenvolvimento do aprendizado (material didático e escolar) e ainda de recursos destinados à assistência estudantil (transporte e alimentação).

O Programa possui diretrizes pré-estabelecidas a cada instituição parceira, seja ela demandante ou ofertante, que pressupõem etapas. Resumidamente podem ser identificadas oito etapas principais: 1. Habilitação das Prefeituras; 2. Negociação de cursos; 3. Mobilização dos beneficiários; 4. Pré-matrícula; 5. Matrícula; 6. Aula inaugural; 7. Acompanhamento dos beneficiários e 8. Articulação com políticas públicas de trabalho e emprego.

O Programa deve funcionar de forma conjunta com seus parceiros demandantes e ofertantes, e para executar ações de inclusão produtiva, os municípios aptos conforme Resolução nº 18, de 24 de maio de 2012, poderão aderir ao Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (Acessuas-Trabalho) que complementa as ações do Pronatec no âmbito das

Políticas de Assistência Social promovendo em tese o acesso de populações em situação de vulnerabilidade e risco social, com vistas à sua integração ao mundo do trabalho.

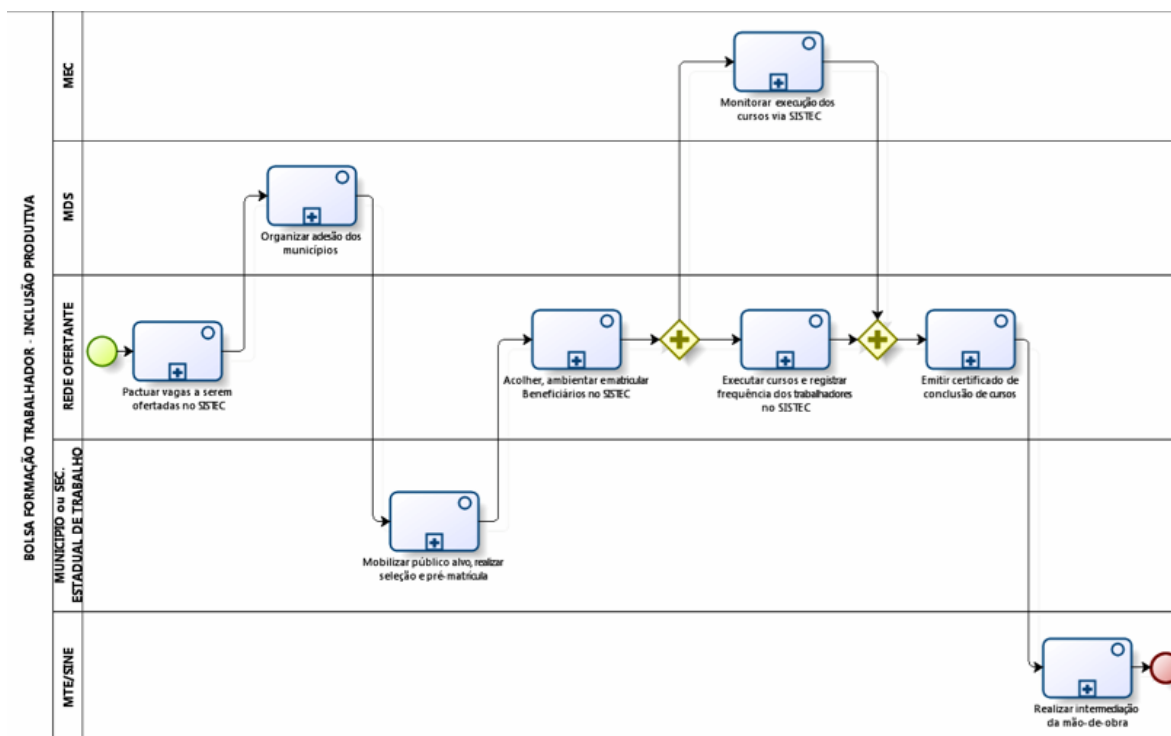


Figura 1: Passos da Bolsa Formação Trabalhador – Inclusão Produtiva e responsabilidade de cada instituição parceira

Fonte: Manual de Gestão da Bolsa-Formação – Brasília: MEC, 2011, p.47.

Pode-se observar que o fluxo simplificado da Bolsa Formação Trabalhador estabelece as responsabilidades de cada instituição parceira (ofertante e demandante) e os caminhos que devem ser seguidos para a concretização dos objetivos propostos pelo Pronatec.

3.3 Acessuas

Em consonância com o Plano Brasil Sem Miséria, criado pelo Governo Federal, o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) por meio da Política de Assistência Social, estabeleceu como missão a promoção da integração de trabalhadores ao mercado de trabalho, cabendo à assistência social identificar e acolher as demandas, mobilizar e garantir direitos e vocalizar a população em vulnerabilidade.

Porém, a promoção do acesso do trabalhador ao mundo do trabalho não é de exclusiva responsabilidade da Política de Assistência social, mas resultado da ação intersetorial de diversas políticas públicas. É dessa forma, essencialmente, uma política que pressupõe articulações e integrações.

Assim, diante do propósito de promover a incorporação dos usuários da assistência social ao mundo do trabalho, instituiu-se o Programa Nacional de Promoção ao Acesso ao Mundo do Trabalho (Acessuas-Trabalho) por meio da Resolução nº 18 de 24 de maio de 2012, que tem como principal objetivo promover o acesso de populações urbanas e rurais em situação de

vulnerabilidade e risco social ao mundo do trabalho, por meio de programas e projetos de formação e capacitação profissional.

O Programa em questão se estabelece no âmbito da Assistência Social em parceria com o Pronatec e visa promover a integração dos usuários da Assistência Social ao mundo trabalho por meio de ações articuladas e mobilização social.

O Programa Acessuas-Trabalho é composto pelos seguintes eixos: articulação, mobilização, encaminhamento e monitoramento da trajetória. Dentre suas diversas competências, pratica as ações de parceria com o Pronatec, no contexto do Plano Brasil sem Miséria, cumprindo um determinado fluxo que passa a ser descrito.

O processo de articulação objetiva orientar os trabalhos de parceria com órgãos governamentais e não governamentais a fim de identificar ofertas de vagas que melhor se adaptem ao perfil do público do programa, bem como fomentar a articulação com órgãos de intermediação de mão-de-obra e demais instituições, visando ações de inclusão produtiva.

Para a mobilização do público-alvo do programa, o Acessuas tem a responsabilidade de divulgação dos cursos de qualificação, sensibilização e orientação das famílias sobre a possibilidade de participação em cursos de capacitação profissional e posteriormente em ações de inclusão produtiva.

O encaminhamento do público-alvo é realizado depois do cadastramento do usuário no CadÚnico. A equipe do Acessuas identifica o perfil do usuário e o encaminha para o preenchimento de vagas ofertadas por curso de qualificação e inclusão produtiva sempre com vistas à superação das dificuldades sociais.

O programa ainda tem por competência realizar o monitoramento da trajetória dos usuários, acompanhando os alunos beneficiados do seu ingresso até à conclusão do curso.

Como pode ser observado, o fluxo das atividades do Acessuas não ocorre de forma linear e sim de forma articulada e sistematizada, envolvendo a interação da equipe do programa, parceiros (Pronatec e Secretaria de Assistência Social) e demais políticas públicas de inclusão produtiva.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de revisão de literatura, análise de documentos do governo federal e da busca de correlação entre os pressupostos da interdisciplinaridade, interculturalidade e intersetorialidade no contexto das políticas públicas relatadas, é possível concluir que a realização da articulação com perspectiva unitária dessas políticas é um grande desafio, pois pressupõe objetivos e formas de agir realmente audaciosos.

A ação intersetorial, por se pautar em articulações entre sujeitos e setores sociais diversos tem sido apresentada como uma nova forma de trabalhar e construir políticas públicas. A intersetorialidade é apresentada neste cenário como tentativa de superação da fragmentação de conhecimentos e de estruturas sociais.

Autores estudados afirmam que a ação intersetorial seria a articulação entre sujeitos de diferentes setores unidos no compromisso de enfrentar problemas complexos com o objetivo de obter efeitos mais significativos na sua resolutividade.

No caso do Pronatec, quando desenvolvido nos quadros do Plano Brasil sem Miséria, tais relações se referem, no plano federal, à articulação entre o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) e o Ministério da Educação (MEC). No nível local, elas dizem respeito às articulações entre Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), o Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (Acessuas) e instituições ofertantes dos cursos de qualificação profissional. Esses cursos, que contemplam tanto a formação inicial quanto a continuada, são oferecidos pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, pelos serviços nacionais de aprendizagem (Senai, Senac, Senar, Senat, SESCOOP, Sesi, Sesc, Sest, Sebrae), redes estaduais de educação e, mais recentemente, por instituições de ensino particulares.

A dimensão da interculturalidade, analisada a partir do problema da necessidade de mudança de atitude dos diferentes agentes frente à diversidade cultural, coloca para o Pronatec a necessidade da convivência democrática entre diferentes culturas no processo educacional, buscando a integração entre elas sem anular sua diversidade e o potencial criativo e vital resultante das relações entre os diferentes e seus respectivos contextos.

No que tange a dimensão da interdisciplinaridade, considera-se o pressuposto da importância da superação da fragmentação dos saberes disciplinares e da necessidade de ampliação dos diálogos e dos intercâmbios de saberes e conhecimentos como condição para abordagens pedagógicas integradoras.

Observa-se na estrutura organizacional dos programas focalizados que cada um possui atribuições bem delineadas, mas que se articulam entre si no decorrer de cada processo, o que pressupõe negociação e planejamento entre os diversos sujeitos e setores com intuito alcançar os objetivos traçados.

Os programas aqui apresentados foram desenhados para trabalhar sistematicamente em rede, envolvendo diversas competências e atribuições específicas, mas que se relacionam em determinado momento do seu desenvolvimento.

É preciso considerar que os diversos agentes envolvidos necessitam articular, negociar e planejar as suas ações e, acima de tudo, superar a fragmentação de saberes, das vontades e dos poderes no cumprimento do interesse que é público.

Por fim, pode-se observar que, para proporcionar o acesso ao mundo do trabalho dos beneficiados do programa Pronatec, o fluxo de cada programa deve ser cumprido rigorosamente, mas que isso deve ser feito promovendo a quebra de barreiras setoriais, culturais e disciplinares, dando ensejo ao compartilhamento de saberes e de poderes, promovendo a estruturação de novas linguagens, de novas práticas e de novos conceitos.

Neste texto, não se teve a pretensão de avaliar a efetividade do Pronatec em relação à efetivação dos princípios de intersetorialidade, interculturalidade e interdisciplinaridade. As ideias aqui lançadas servem, contudo, a todos que queiram realizar o acompanhamento dessa política, especialmente nos aspectos de concepção operacional, que se revelaram de grande complexidade.

5 REFERÊNCIAS

1. BRASIL. Ministério da Educação. *Manual de Gestão da Bolsa-Formação*. Brasília, DF, 2011.

2. BRASIL. Presidência da República. *Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011*. Institui o Plano Brasil Sem Miséria. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7492.htm>. Acesso 22 out. 2013.
3. BRASIL. Presidência da República. *Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011*. Institui o Plano Brasil Sem Miséria. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7492.htm>. Acesso 22 out. 2013.
4. BRASIL. Presidência da República. *Lei nº 12.513 de 26 de outubro de 2011*. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm>. Acesso 22 out. 2013.
5. Brasil. *Resolução CNAS, nº 18, de 24 de maio de 2012*. Institui o Programa Nacional de Promoção ao Acesso ao Mundo do trabalho – Acessuas-Trabalho. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>. [Acesso 9 jun. 2013]. 2012.
6. Canclini, Néstor Garcia. Teorias da Interculturalidade e Fracassos Políticos. In: Canclini, Néstor Garcia. *Diferentes, desiguais e desconectados*. Rio de Janeiro: UFRJ. 2007a.
7. CANCLINI, Nestor Garcia. *Diferentes, Desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade*. Tradução Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 2007b.
8. COMERLATTO, Dunia et al. *Gestão de políticas públicas e intersectorialidade: diálogo e construções essenciais para os conselhos municipais*. *Rev. Katál*. Florianópolis: v. 10, n. 2, p. 265-271, 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802007000200015&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso: 9 jun. 2013.
9. FLEURI, Reinaldo Matias. Intercultura, educação e movimentos sociais no Brasil. V COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE. Recife, 19 a 22 de setembro de 2005.
10. Gadotti, Moacir. *A organização do trabalho na escola: alguns pressupostos*. São Paulo: Ática, 1993.
11. GADOTTI, Moacir. *Interdisciplinaridade: atitude e método*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2004. Disponível em: <http://siteantigo.paulofreire.org/pub/Institu/SubInstitucional1203023491It003Ps002/Interdisci_Atitude_Metodo_1999.pdf>. Acesso em 10 out. 2013.
12. IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Censo de 2010*. Disponível em <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em 3 dez. 2013.
13. JAPIASSU, Hilton. *Interdisciplinaridade e patologia do saber*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
14. Japiassu, Hilton. 1994. A questão da interdisciplinaridade. SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR. Secretaria Municipal de Educação, Porto Alegre, jul. 1994. Disponível em: <<http://smeduquedecaxias.rj.gov.br/nead/Biblioteca/Forma%C3%A7%C3%A3o%20Continuada/Artigos%20Diversos/interdisciplinaridade-japiassu.pdf>> [Acesso em 27 jul. 2013].
15. JUNQUEIRA, L. A. P. *Descentralização, intersectorialidade e rede como estratégias de gestão da cidade*. *Revista FEA-PUC-SP*, São Paulo, v. 1, p. 57-72, nov. 1999..
16. Junqueira, L. A. P. A gestão intersectorial das políticas sociais e o terceiro setor. *Revista Saúde e Sociedade*, v. 13, n. 1, p. 25-36, jan./abr. 2004.

17. THIESEN, Juares da Silva. *A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-aprendizagem*. *Revista Brasileira de Educação*, v. 13, n. 39, set./dez. 2008.
18. Walsh, Catherine. *La educación intercultural en la Educación*. Peru: Ministerio de Educación. 2001.